

ABSTRACT

THE THEME OF INTERNATIONAL MIGRATION IN SOCIOLOGY IN BRAZIL

This paper discusses the phenomena of international migrations in Brazil from a socio-historical perspective and its relation with sociology in the country. For this, we divide the present work into two large parts. In the first one, we return to the origin of the history of sociology in Brazil. We show how the subfield of the sociology of immigration had great importance in national debates and among the main social scientists of the twentieth century, such as Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso or Octavio Ianni. In the second part, we show how the theme returned to the foreground of the national scenario with an emigration of Brazilians abroad and with recent immigrants from the south. The paper finishes presenting the challenges of the subfield to a sociology not Brazil today.

Keywords: International migrations; Sociology; Brazil.

Introdução

O fenômeno da imigração para o Brasil (ou das migrações internacionais) não figurou em nenhum título dos grupos de trabalho em atividade nos últimos congressos da *Sociedade Brasileira de Sociologia*, desde a reorganização da entidade em 1987. Pela primeira vez, portanto, o Grupo de Trabalho *Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas*, com foco nas migrações internacionais, trata do tema, nesse Congresso de 2017. Deve-se concluir assim que, nos últimos 30 anos, o tema das migrações internacionais não foi importante para a sociologia no Brasil?

Para responder a essa pergunta, aparentemente paradoxal em um país imigrantista e com forte tradição sociológica, investigamos a história específica desse subcampo e sua contribuição para o atual desenvolvimento da sociologia no Brasil. Para isso, dividimos o presente trabalho em duas grandes partes. Na primeira delas, retornamos à origem da própria história da sociologia no Brasil. Mostramos aí como o subcampo da sociologia da imigração, criado no continente americano (OLIVEIRA, 2014), surgiu no Brasil nos anos 1940, alcançando grande importância nos debates nacionais e entre os principais cientistas sociais do século XX, tais como Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso ou Otávio Ianni. Na segunda parte, com a novidade das correntes emigratórias, mostramos como o tema voltou ao primeiro pla-

no do cenário nacional a partir dos anos 1980 e consolidou-se nos anos 2000 em compasso com as novas levas de imigrantes sul-americanos e caribenhos que chegaram ao Brasil nos últimos 10 anos. Mostramos finalmente como o tema das migrações internacionais, por definição, é trabalhado em várias disciplinas e ultrapassa as fronteiras nacionais, indicando a interconexão das questões nacionais e internacionais. Finalmente, à guisa de conclusão, apresentamos os desafios do subcampo para a sociologia no Brasil.

O tema da imigração na sociologia brasileira

Entre 1877 e 1914, a Argentina acolheu em torno de 4,2 milhões de imigrantes e o Brasil apenas 3 milhões (LEVY, 1974; KLEIN, 2000). Em 1914, enquanto a Argentina contava com 29,9% de estrangeiros em sua população, os estrangeiros representavam apenas 4,94% do total de residentes no país (Recenseamento Geral do Brasil, 1920, p. LXIV). Segundo Nugent (1995, p. 122), se considerarmos o tamanho do território, o Brasil deveria ter acolhido muito mais imigrantes do que de fato acolheu, em especial em comparação com o grande país vizinho. Em termos históricos, a imigração foi efetivamente mais estudada lá (ARMUS, 1986 ; DEVOTO, 1992; 2004) do que no Brasil, onde, até o presente momento, não há livros de referência seja no campo da história, seja no campo da sociologia ou mesmo da antropologia (SEYFERTH, 2004). A questão demográfica parece explicar assim o impacto central que o fenômeno teve na sociologia argentina, como demonstram os estudos de Gino Germani, enquanto seria apenas periférico na sociologia brasileira e na obra de Florestan Fernandes (BRASIL Jr., 2010 ; BLANCO; JACKSON, 2014).

A questão demográfica merece ser nuançada. Primeiro, deve-se ter em mente que o volume total de imigrantes na Argentina e no Brasil é comparável para o período compreendido entre 1820 e 1972. São 6,5 milhões na Argentina contra 5,6 milhões no Brasil (DEVOTO, 2004; LEVY, 1974). Contudo, se tomarmos o Brasil que efetivamente mais acolheu imigrantes, o então chamado *Brasil Meridional*, ou seja, os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encontramos uma situação bastante diferente da nacional.

Entre 1900 e 1920, aproximadamente 70% de todos os estrangeiros residentes no Brasil concentravam-se em algum dos estados do *Brasil Meridional*, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 1 – Número de estrangeiros no Brasil Meridional e no Brasil entre 1872 e 1920.

Brasil/ Brasil Meridional Ano	1872	1890	1900	1920
Pop Estrangeira Brasil	382.041	351.312 ¹ 121.146	1.074.511 ¹	1.513.635
Pop estr Brasil Meridional	90.948	34,46	747.321	1.083.580
Pop EstBM/ Pop Est Brasil (%)	23,80		69,54	71,58
Brasil (pop total)	9.930.478	14.333.915	17.318.556	30.635.605
Pop estrangeira/ Pop total (%)	3,84	2,45	6,16	4,94

FONTE : Quadro realizado pelo autor a partir de dados do IBGE. Directoria Geral de Estatística, [187?] -1930, Recenseamento do Brasil 1872-1920; IBGE, Censo Demográfico 1940-2010. Até 1980, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, 1995. IBGE, Censo Demográfico 1972/2010¹.

O percentual de estrangeiros na população brasileira total, como acima indicado, oscilou entre 2% e 6%, concentrando-se fortemente nos estados do *Brasil Meridional*. Se levarmos em consideração os filhos e netos dos estrangeiros, considerados brasileiros por terem nascido no Brasil, pode-se supor o forte impacto das comunidades imigrantes e as consequências disso sobre a sociedade dessa região. Não causa estranheza, portanto, que análises, tanto no campo da história quanto no campo da sociologia, assim como os grandes debates nacionais sobre a questão migratória, tiveram por *locus* a realidade social do sul do país.

Ações públicas sobre o tema da imigração podem ser encontradas desde a Constituinte de 1891 ou ainda durante a década de 1900 com a criação do *Serviço de Povoamento do Solo Nacional* (RAMOS, 2006). O final da década de 1930 parece inaugurar o último período de políticas governamentais sobre a matéria, com os atos legais inscritos no interior da chamada *Campanha de Nacionalização* (SEYFERTH, 1997; RIBEIRO, 2012) e a agenda de trabalho do *Conselho de Imigração e Colonização*², cujo impacto político e intelectual foi expresso por seu órgão oficial de divulgação, a *Revista de Imigração e Colonização*³.

1 Esse dado inclui os estrangeiros que adquiriram a nacionalidade brasileira, o que não é o caso nos censos de 1872 e 1920. IBGE, Série Nacional, vol. I, Rio de Janeiro, 1956, p. 1.

2 O *Conselho de Imigração e Colonização* criado pelo Decreto-Lei nº 406 de 1938, subordinado diretamente à Presidência da República, com a função de controlar (inclusive estabelecendo quotas de imigrantes) e coordenar a política migratória brasileira do governo federal. Para maiores detalhes, ver Peres (1997) e Siqueira (2006).

3 A *Revista* circulou ininterruptamente entre 1940 e 1952. Nenhum número foi publicado nos anos de 1953 e 1954. O último número apareceu em 1955 quando a *Revista* foi extinta.

Seyferth (2004) afirma que é possível localizar estudos sobre imigrantes e sobre a imigração desde a primeira década do século XX, em paralelo ao final do período conhecido como da grande migração (1870-1914). Contudo, são os trabalhos de Oliveira Viana nos anos 1930, de Alberto Guerreiro Ramos (1948), do sociólogo alemão radicado no Brasil Emílio Willems (1940; 1946; 1948) e mesmo de Freyre (1940; 1943) que marcam efetivamente o nascimento do interesse das ciências sociais brasileiras sobre o tema. Iniciam-se efetivamente na região sul e no período em tela, os estudos (sobre grupos migrantes) que conquistariam legitimidade e importância acadêmica tanto nas revistas de ciências sociais quanto na agenda formativa das nascentes universidades paulistas. Os estudos imigrantes consagraram-se posteriormente nas décadas de 1950 e 1960. Constituíram-se então vários subcampos de estudos, com pesquisas sobre os mais variados grupos de imigrantes, de árabes a japoneses, e em diversos estados do país, dos quais cabe destacar: Fernandes (1949; 1956; 1967); Izumi e Saito (1953); Martins (1955); Schaden (1956); Diegues Jr. e Neiva (1956); Safady (1956); Cecchi (1957); Rios (1958); Saito (1958; 1960; 1961); Cardoso (1959; 1963); Pacheco (1964); Durham (1966) e Ianni (1960; 1961; 1966); e os livros, em forma de sínteses, da história da imigração no Brasil, a saber: Carneiro (1950); Cortes (1954); Ávila (1956) e Diegues Jr. (1964).

Desde o início nos anos 1940, o referencial teórico dos estudos imigrantes não variou grandemente, tendo oscilado sempre entre os conceitos de assimilação e aculturação. Esse referencial foi partilhado com outras áreas de estudo, como os estudos raciais, indígenas, de comunidade e de folclore, como mostramos abaixo. A origem geral desses estudos está nos trabalhos da chamada *tradição* de Chicago (CHAPOULIE, 2001). Com efeito, em seu primeiro grande livro, Willems (1940) vale-se criticamente tanto do conceito de assimilação, proposto por Fairchild (1913)⁴, quanto do conceito de *marginal man*, proposto por Park (1928), intitulando seu trabalho “assimilação e populações marginais no Brasil”. Nesse primeiro trabalho, Willems (1940) analisou os contatos entre populações imigrantes e locais, ressaltando, porém, que não haveria necessariamente miscigenação entre elas nem perda de identidade cultural do grupo migrante. Em seu trabalho seguinte, Willems (1944) avançou ao descrever a “aculturação” de descendentes alemães e referiu-se a eles como uma nova

4 Nesse trabalho, Willems critica o processo assimilação de imigrantes, tal como proposto por Fairchild (1913), ou seja, como processo de abandono da nacionalidade anterior e adoção da nova da sociedade de destino.

comunidade nem alemã, nem brasileira, mas teuto-brasileira. Tomando como indicador o valor que aqueles descendentes passaram a acordar aos “cavalos selados”, Willems mostrou então que estes grupos começavam a incorporar valores oriundos da cultura gaúcha, marcando com isso seu duplo processo de ascensão e distinção e sua nova identidade social. No segundo livro publicado, Willems (1946) trata especificamente da “aculturação dos alemães”. Fazendo referência ao parcial insulamento dessas comunidades, reforçou a tese do artigo de 1944. Segundo ele, verificava-se realmente naquelas comunidades a formação de novos arranjos sócio-culturais: família teuto-brasileira, escola teuto-brasileira, literatura teuto-brasileira, língua teuto-brasileira, entre outros. Embora definindo a cultura teuto-brasileira como “cultura marginal”, Willems (1946) entendeu ali abandonar definitivamente conceito de assimilação em favor do conceito de aculturação, que ele também empregaria quando do estudo sobre os japoneses (WILLEMS, 1948)⁵. Em resumo, naqueles três trabalhos iniciais a mudança cultural tornou-se a chave analítica para compreender a trajetória das comunidades imigrantes alemãs, indicando assim, muito antes do estabelecimento da temática, a presença de áreas multiculturais no interior do Brasil⁶.

Em termos teóricos, porém, não havia ainda nada de analiticamente específico à temática imigrante nos estudos acima citados. Em todos eles, ao contrário, encontramos de fato uma perspectiva próxima àquelas presentes nos estudos raciais, rurais, de folclore ou indígenas que se faziam então. No caso dos estudos de comunidades rurais, por exemplo, encontramos o mesmo Emílio Willems investigando a “comunidade de Cunha” (WILLEMS, 1947). Outro estudioso da imigração, Egon Schaden (1956; 1959), analisa a aculturação de alemães e japoneses, dando especial atenção aos “aspectos folclóricos de comunidades teuto-brasileiras”. Nos estudos raciais, o conhecido especialista em estudos sobre negros, Alberto Guerreiro Ramos, abordou também a questão imigrante em dois trabalhos (RAMOS, 1947; 1948). No primeiro deles, Ramos (1947) afirma que o tipo brasileiro é fruto de “amalgamação” e “aculturação”. Nos estudos indígenas de Eduardo Galvão (1953) ou de Roberto Cardoso de Oliveira (1960), trata-se também de analisar processos

5 Como ele próprio explica no prefácio (WILLEMS, 1946), a eclosão da Segunda Guerra impediu a continuidade da pesquisa.

6 Para uma discussão sobre o termo, ver Parsanoglou (2004), Doytcheva (2011) e Macagno (2014).

de assimilação ou de aculturação. Em Galvão (1953), por exemplo, a análise tinha por foco a transmissão cultural entre os grupos indígenas e outros da sociedade nacional:

O índio deixou de ser o foco exclusivo de interesse e o que se procura é o conhecimento histórico e funcional da transmissão de traços culturais do indígena aos demais contingentes de nossa população em outros termos, a resultante do fenômeno de “aculturação” que resultou do contacto entre índios, europeus e africanos. A caracterização da cultura dessas sociedades rurais constitui elemento indispensável para se aferirem com a necessária precisão os fenômenos de mudanças e transição que sofrem os grupos indígenas em suas relações com nossa frente pioneira (GALVÃO, 1953, p. 67).

Em resumo, nos estudos raciais, de comunidade ou de folclore, os aspectos culturais ou comunitários foram analisados, em larga medida, a partir de referencial próximo àquele utilizado para os estudos de comunidades imigrantes. Como um todo, o objetivo era compreender, analisando interações sociais cruzadas, os fenômenos de mudança cultural e o processo de integração das comunidades (rurais, imigrantes, etc.) à sociedade nacional.

Nas décadas de 1950 e 1960, a questão imigrante foi ainda mais central na Sociologia praticada no Brasil. Com exceção do trabalho inédito do crítico literário e professor de literatura Wilson Martins (1955), onde a presença imigrante foi considerada tão fundamental que o autor chegou a propor a noção de “Brasil diferente” para falar das sociedades que se formaram no sul do Brasil⁷, em todos os outros a problemática central oscilou entre os termos de assimilação e aculturação, embora com vantagem para o segundo. Indistintamente, os processos de assimilação ou de aculturação eram pensados em função do tamanho demográfico dos grupos, de sua antiguidade e insularidade e, finalmente, de sua inserção nos espaços urbanos. A problemática da mudança cultural era ainda marcada geracional e profissionalmente no interior das comunidades de imigrantes. A título de exemplo, Cardoso (1959) mostra como o processo de assimilação dos jovens nissei – em especial graças à frequência de associações juvenis e ao sucesso profissional – era incentivado

7 Como mostramos alhures (OLIVEIRA, 2005), o “Brasil diferente” seria fruto de um processo de fusão de diversos grupos imigrantes e não necessariamente da assimilação à sociedade nacional.

pela família. Em outro trabalho, Cardoso (1963) mostrou também que esse processo de aculturação poderia ser lido através da passagem da atividade de agricultor à de profissional liberal. Balhana e Boruszenko (1963), em pesquisa sobre holandeses em Carambeí (Pr), Durhan (1966), sobre italianos em Descalvado (SP), ou ainda Pacheco (1964), analisando grupos de alemães em Santa Leopoldina (ES), chegaram a resultados muito similares: grupos de imigrantes assimilaram-se às diversas sociedades em compasso com circunstâncias locais, tais como o perfil e tamanho da comunidade e o grau de inserção na economia regional.

Entre meados das décadas de 1960 e início dos anos 1970, o tema da imigração e os estudos sobre imigrantes tiveram também papel de destaque. Ao final dos anos 1970, porém, a perspectiva assimilacionista muito havia perdido de seu espaço. Isso porque, em tese, considerou-se aí que o processo de aculturação das comunidades imigrantes teria chegado a seu fim, muito embora temas como a história das políticas migratórias estaduais, a formação de núcleos coloniais, o desenvolvimento econômico-industrial, as novas formações culturais, entre outros, ainda não tivessem sido pesquisados, como se pode deduzir dos primeiros fóruns de estudos ítalo-brasileiros⁸. Em síntese, contudo, os estudos migratórios passam a se fazer mais raros. Ao final daqueles anos 1970, a questão imigrante era apresentada desprovida de suas características particulares e definitivamente balizada pelo contexto do “Brasil moderno e industrial”. Como explicar essa mudança empírica e conceitual em período tão curto de tempo?

A obra de Florestan Fernandes talvez seja aquela que melhor espelha tanto as escolhas empírico-teóricas que pautaram estudos imigrantistas e de comunidades rurais (e, em certa medida, os estudos indígenas) quanto seu lento abandono. É difícil saber as razões que levaram Florestan a interessar-se pela imigração sírio-libanesa. Evidências indicam que a realidade dos imigrantes foi descoberta quando das pesquisas sobre jogos infantis na cidade de São Paulo (FERNANDES, 1947). Porém, os trabalhos que Florestan publicou a respeito dos sírio-libaneses teriam contado com a amizade do imigrante libanês Jamil Safady (1908-

8 Os fóruns foram organizados pela Universidade de Caxias do Sul em 1975 e 1976, e publicados em 1979 pelo Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Vide referências.

1950)⁹, que muito lhe teria ajudado na leitura de obras escritas em árabe, além de ter atuado como intérprete nas entrevistas realizadas com membros da comunidade.

Sobre o tema da imigração, Florestan publicou uma resenha sobre o livro de Willems de 1946, dois pequenos artigos sobre a imigração sírio-libanesa no Brasil e um último sobre relações raciais e imigração (FERNANDES, 1949; 1956; 1966; 1967). Segundo Florestan, os processos de aculturação (“abrasileiração”) de sírio-libaneses em São Paulo deveriam servir para entender

[...] os mesmos processos de mudança por que passaram as comunidades europeias ou por que vêm passando a sociedade brasileira, graças ao crescimento das cidades, à formação de um sistema capitalista de produção e de troca, e, ao desenvolvimento do regime de classes sociais. (FERNANDES, 2010, pp. 228-229)¹⁰.

Fernandes (1967, p. 35) preocupava-se então com as consequências da imigração, tendo afirmado assim que o imigrante sírio e libanês muito havia contribuído para a transformação do “cenário econômico” e para a “consolidação de uma economia de mercado capitalista”. Colocado nesses termos, o aparelho conceitual presente tanto em “Branços e negros em São Paulo” (1955¹¹) quanto em “A integração do negro na sociedade de classes” (1965) parece estar mais próximo dos estudos migratórios do que se supõe. Se, ao final dos anos 1960, parece ter havido uma ruptura teórica em relação aos estudos folcloristas, de comunidade e indígenas, é possível pensar que negros e imigrantes foram analisados enquanto grupos em vias de assimilação ou integração à sociedade nacional (ou “de classes”). Isso, porém, de forma desigual e conflitiva. Com efeito, o racismo herdado do período abolicionista os classificava antes como negros e brancos do que como brasileiros (livres ou recém-libertos) e estrangeiros.

9 Safady chegou ao Brasil em 1924. Ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1943 e graduou-se em História (USP) em 1947. No grêmio estudantil, dirigiu o Departamento de Estudos Árabes, embrião do Departamento de Estudos Orientais (USP). Faleceu prematuramente em 1950, não sem antes ter contribuído para a criação de núcleos coloniais no estado de Goiás, um deles hoje a cidade Professor Jamil Safady. Seu irmão mais novo, Jorge Safady, publicou em 1956 o livro “O Líbano no Brasil” e, em 1972, defendeu, no Departamento de História da USP, a tese “Imigração Árabe no Brasil (1880-1971)”.

10 Publicado em 1956, nos servimos aqui da edição de Fernandes (2010).

11 Importa assinalar que os capítulos desse livro foram publicados originalmente entre os meses de maio a setembro de 1953, na Revista Anhembi. Portanto, em período exatamente anterior aos artigos sobre sírio-libaneses e logo após a resenha do livro de Willems.

Nesse meio tempo Florestan coordenou ainda o grande projeto sobre relações raciais no sul do Brasil (MAIO, 1999). Nesse, destacam-se tanto as descobertas de Octavio Ianni sobre o preconceito de que eram objeto descendentes de imigrantes poloneses residentes na cidade de Curitiba (IANNI, 1960; 1961a; 1966), quanto a tese sobre as “metamorfozes” e a consolidação das relações raciais desiguais em regiões do *Brasil Meridional*, consideradas como comercialmente competitivas e socialmente estratificadas (CARDOSO, 1962; IANNI, 1962). O texto “Imigração e relações raciais”, de 1966¹², consolida a visão que Florestan guardou de parte daquelas pesquisas: o fenômeno da imigração não alterou “[...] a estrutura preexistente do sistema de relações raciais.” (FERNANDES, 1966, p. 89). Ao contrário, indiretamente, os imigrantes teriam se beneficiado daquela estrutura preexistente de relações raciais. Os estrangeiros [leia-se, os imigrantes] desalojaram negros e mulatos recém-libertos do nascente mercado de trabalho. Em função de sua importância numérica em alguns estados, a figura do imigrante perdeu seu valor intrínseco e não mais teria sido pensado no interior da temática da aculturação. Seu papel passou a ser o de prefigurar a formação de uma ordem capitalista no Brasil, tese apresentada nas obras que se seguiram (FERNANDES, 1968; 1975)¹³. Toda a problemática envolvendo a assimilação, a aculturação ou a absorção dos imigrantes, que havia atraído esforços de pesquisa na sociologia e na antropologia desde os anos 1940, parecia, naquele final dos anos 1970, exausta ou ultrapassada quando colocada face aos desafios políticos e nacionais lançados pela sociedade de classes, pela perspectiva desenvolvimentista, pelos estudos da dependência e, enfim, pela luta em prol da redemocratização do país.

As análises sócio-antropológicas, realizadas a partir do quadro da sociedade nacional, pautaram a discussão sobre os grupos imigrantes (e seus descendentes), e sobre a imigração em geral, até o final dos anos 1960. Porém, quanto mais a sociologia brasileira avançou em direção aos anos 1970 e 1980, mais o grupo social imigrantes perde espaço analítico para as classes sociais. A particularidade, a suposta identidade social diferenciada ou

12 Apresentado originalmente no ano de 1965 durante *The Conference on Race and Class in Latin America*, realizada na cidade de Nova York, como afirmado em nota de rodapé da publicação de 1966.

13 No mesmo registro, em Martins (1973), a assimilação do colono italiano não ocorria no seio da sociedade nacional, mas nas entranhas de um capitalismo periférico.

ainda a trajetória dos grupos imigrantes nos diversos estados foram sendo lentamente consideradas como simples etapas do supostamente inexorável processo de integração à sociedade de classes¹⁴. Nesse contexto, assimilar, aculturar ou integrar tornaram-se verbos sociológicos intercambiáveis, com clara vantagem para o último, na esteira dos estudos dukheimianos sobre processos integrativos. Todos esses verbos descreviam processos sociais cujo resultado final era o cidadão brasileiro, citadino ou rural, cuja ação social deveria ser explicada por sua classe. O fim das perspectivas assimilacionista e aculturativa, nas pesquisas sobre imigrantes, pode ter sido selado lateralmente quando da crítica i) aos estudos de comunidades, considerados descritivos e incapazes de ensejar generalizações científicas (WORTMANN, 1972; KOFFES, 1996) e ii) aos estudos folclóricos, que, como se dizia então, naturalizando as manifestações culturais particulares, afastavam-se da cientificidade sociológica em expansão (FERNANDES, 1977¹⁵; MICELI, 1999). Por fim, os fluxos de imigrantes haviam diminuído tão consideravelmente que o tema da imigração parecia restrito à pesquisa histórica (PETRONE, 1978; BEIGUELMAN, 1981). Paralelo a isso, novo campo de estudo se impunha com as primeiras levas de emigrantes que o Brasil produziria pela primeira vez em sua história. Finalmente, nos anos 2010, sugeriram alguns estudos teóricos sobre o tema da imigração (TRUZZI, 2012; OLIVEIRA, 2014). Sem ser exaustivo, podemos citar ainda um conjunto de trabalhos, na interface entre história e sociologia, sobre práticas discriminatórias contra imigrantes e descendentes de imigrantes alemães (GERTZ, 1991; OLIVEIRA, 2012), italianos (SANTOS, 2008), poloneses (OLIVEIRA, 2009), japoneses (DENZEM, 2005; TAKEUCHI, 2008;), árabes (TRUZZI, 1997;), portugueses (MENDES, 2011), bolivianos, haitianos e outros imigrantes africanos (BAENINGER, 2012; ASSIS et al., 2016), que mostram claramente que na maior parte das situações os imigrantes não foram tão bem-vindos quanto imagina-se vulgarmente.

14 A crença na integração total das comunidades imigrantes pode ser medida pela surpresa causada no momento em que Lesser (2001) propõe a noção de identidade hifenizada.

15 Publicado originalmente em 1958.

As últimas décadas do século XX: memória de imigração, processos de emigração e a complexidade do fenômeno migratório

No Brasil, as migrações internacionais passaram por diferentes etapas, idades, gerações e modos de geração, no sentido do movimento sincrônico e diacrônico das migrações, proposto por Sayad (2001). Falar em etapas ou idades pressupõe pensar em termos de crescimento, mudanças contínuas e graduais e desenvolvimento de novos ciclos. Dessa forma, é possível fazer uma análise sócio-histórica dos chamados lugares difíceis, na expressão de Bourdieu (1997), da heterogênea migração brasileira.

Se até os anos 1950 o Brasil havia sido marcado pela imigração internacional, houve uma inversão nesse processo nas três últimas décadas do século XX (REIS; SALES, 1999)¹⁶. Parte considerável da população começou a protagonizar uma nova realidade migratória, levando o Brasil a ingressar no quadro dos países exportadores de mão de obra¹⁷ (MARGOLIS, 1994; FELDMAN-BIANCO, 1997; SALES, 1999). Póvoa Neto (2006) afirma que a emigração representou uma descontinuidade histórica em um país acostumado a imaginar-se como uma terra de oportunidades para estrangeiros. Especificamente, a emigração foi imaginada como uma alternativa para manter os recursos de classe e garantir alguns capitais ameaçados pela contínua crise econômica dos anos 1980, a chamada década perdida¹⁸. Margolis (1994) insiste que os efeitos estruturais daquela década foram cruciais para que a classe média brasileira, então bastante enfraquecida, criasse expectativas de vida no exterior, especialmente nos Estados Unidos, país que efetivamente tornar-se-ia o principal destino dos brasileiros. Contudo, o fenômeno migratório surpreendeu pela constância e duração. Em consequência, ao final dos

16 Além dos EUA, outro caso importante foi o dos brasileiros descendentes de japoneses, os chamados *decasséguis*, que migraram para o Japão.

17 O Brasil continuou recebendo imigrantes, especialmente de países vizinhos, como é o caso dos bolivianos, como observado por Silva (1997). No entanto, em números absolutos, o saldo passou a ser negativo.

18 Expressão frequentemente usada por economistas latino-americanos para caracterizar a década de 1980, época em que houve um grande declínio nos indicadores econômicos devido às sucessivas crises econômicas e políticas que afetaram não apenas o Brasil, saliente-se, mas quase todos os países da América Latina, gerando um aumento significativo na pobreza. Para maiores detalhes, ver Sales (1999).

anos 2000, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores¹⁹, quase três milhões de brasileiros estavam residindo no exterior.

Não obstante esse importante fluxo, após os eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos adotaram controles mais restritivos, encarecendo e dificultando a migração. Com as crescentes dificuldades para emigrar para os Estados Unidos e a então desvalorização do dólar frente ao euro e à libra, alguns países europeus tornaram-se novos destinos para migrantes brasileiros. Alguns anos mais tarde, a crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos, que também afetou de forma substancial a Europa e o Japão, introduziu uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil. Finalmente, o desenvolvimento econômico e social do país e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos da década passada, tem tornado a migração muito mais diversa. Em síntese, estima-se hoje que os imigrantes brasileiros estão espalhados mundo afora, mas em especial nos seguintes destinos: Estados Unidos, concentrados principalmente nas cidades de Boston, Miami e Nova York; Japão, em sua maioria filhos e netos de antigos imigrantes japoneses; Europa, especialmente na Itália, Portugal, Inglaterra e Espanha; e, em menor medida, em outros países, como Suíça, França, Alemanha, Bélgica e Holanda. Enfim, além do Canadá e da Austrália, há brasileiros nos vizinhos sul-americanos, como o Paraguai ou a Argentina (SOLÉ; CAVALCANTI; PARELLA, 2011).

O aumento de brasileiros em outros países atraiu a atenção de um grande número de cientistas sociais, radicados no Brasil ou no exterior, além de trabalhos emergentes de pós-graduandos brasileiros e estrangeiros vinculados a universidades situadas nos lugares de destino da emigração brasileira. Em seu conjunto, essa produção vai de ensaios a pesquisas multimétodos, a partir de diferentes disciplinas. De maneira geral, é possível categorizá-la em dois grandes grupos. De um lado, temos os estudos sobre a vida cotidiana dos brasileiros nos lugares de destino, incluindo aspectos religiosos, econômicos, culturais, políticos, demográficos e sociais, entre outros temas, (BICALHO, 1989; MARGOLIS, 1992; SALES, 1999; GOZA, 1992; SASAKI, 1995; BOGUS, 1995; FELDMAN-BIANCO, 1997; SASAKI, 1998; KAWAMURA, 2001; ISHI, 2001; BESERRA, 2005). De outro, temos os

19 Dados do MRE. Para maiores detalhes, consultar o sítio: <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/>.

estudos sobre o vínculo desses brasileiros com o país de origem, incluindo o retorno como elemento estruturante do projeto migratório (ASSIS, 2003; SIQUEIRA, 2004; SIQUEIRA, 2006; SOUSA, 2009; PISCITELLI, 2009; CAVALCANTI; PARELLA, 2012).

Como dito, nas últimas décadas, o país voltou a receber fluxos migratórios diversificados. Se alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro (SILVA, 1997), outros fluxos mais recentes, como os imigrantes haitianos, começam a ter uma presença aparentemente permanente na imigração contemporânea no Brasil. De fato, os imigrantes haitianos passaram a ser, no curto espaço de três anos, entre 2011 e 2013, a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015). Mas, além desse grupo, vieram outros imigrantes do sul global (senegaleses, sírios, bengalis, ganeses) e, mais recentemente, venezuelanos que adentram o país pela fronteira. Todos esses grupos de imigrantes têm contribuído a compor os chamados novos fluxos migratórios, formados majoritariamente por pessoas do sul global, que emergiram no Brasil a partir de 2010.

Estudos recentes, realizados sobre os novos imigrantes, conseguiram revelar a composição dessa população imigrante. Basicamente, caracterizam-se pela diversidade das procedências, têm perfis socioeconômicos e graus de educação variados, o que se reflete na disposição de seus projetos migratórios. Essa heterogeneidade se estende também aos tipos de imigração, rotas e modalidades de entrada (PACÍFICO, 2010; FERNANDES et al., 2011; BAENINGER, 2012; GEDIEL; GODOY, 2016; CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI., 2015; OLIVEIRA, 2015).

Os novos fluxos migratórios no país também geraram desafios na hora de reformular políticas migratórias. A título de exemplo, a chegada de haitianos pela fronteira norte exigiu a formulação de políticas específicas e a redefinição da antiquada legislação, forjada durante a ditadura militar, que percebia o imigrante como uma ameaça a segurança nacional. Esse paradoxo entre a chegada dos novos fluxos a partir de 2010 com uma legislação de 1980 fomentou debates acadêmicos em torno da política migratória brasileira (PÓVOA NETO, 2010; SPRANDEL, 2012; OLIVEIRA, 2015; VENTURA, 2014).

Por último, é preciso assinalar que a emigração dos brasileiros e a chegada dos novos fluxos para o Brasil, possuem elementos que podem ser rela-

cionados. Por um lado, segundo Feldman-Bianco (2011), a mobilização e a luta dos emigrantes brasileiros, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, têm uma relação intrínseca com as atuais mobilizações por parte da sociedade civil, associações de imigrantes, e mesmo no interior do próprio governo brasileiro, no sentido de reivindicar uma reformulação das políticas migratórias que incorpore de forma transversal a dimensão dos direitos humanos. Por outro, muitos dos autores que atualmente produzem sobre a temática dos novos fluxos no Brasil são os mesmos pesquisadores que estudavam os brasileiros no exterior. Assim essas duas etapas (emigração de brasileiros x chegada de novos fluxos migratórios), ainda que sejam caracterizadas como fenômenos diferentes, possuem uma relação que merece ser assinalada.

De acordo com Vilela e Lopes (2011), ainda temos a importante questão do retorno nos estudos sobre a migração no Brasil. Segundo as autoras, ainda que a migração de retorno não venha recebendo a mesma atenção dispensada à emigração de brasileiros, trata-se de um objeto de estudo que vem ganhando espaço dentro da sociologia brasileira.

Segundo o Censo de 2010, 65,6% (ou 174.597 mil indivíduos) dos imigrantes internacionais no Brasil são nacionais, ou seja, imigrantes de retorno, sendo estes, majoritariamente, provenientes dos Estados Unidos (43,72%), Japão (36,88%) e Paraguai (13,74%). Mais do que a presença numérica dos retornados nos fluxos de imigrantes internacionais que adentram no Brasil, as implicações sociais, econômicas, psicológicas, familiares e laborais da reinserção desses migrantes na sociedade de origem se colocam como desafios que vêm despertando o interesse da sociologia no Brasil (VILELA; LOPES, 2011; SIQUEIRA, 2009; BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015; SIQUEIRA; BRANDES, 2015).

O caráter complexo e dinâmico do retorno revela que este não é o fim do processo migratório, mas sim uma parte dele. Em outras palavras, o retorno não é necessariamente definitivo e permanente, mas uma fase do processo migratório, que tem efeitos sobre as pessoas e os lugares, tal como a emigração. Neste sentido, tendo em vista a diversidade dos fluxos migratórios internacionais e dos tipos de migrantes, a diminuição dos custos de transporte e as facilidades dos meios de comunicação, o retorno se torna um processo de múltiplas fases. Todos esses fatores apontam que, em termos de experiências migratórias, sair ou permanecer, os padrões de mobilização de recursos, status legal, motivações e projetos e impactos nos países de origem, os retornados constituem, hoje, um

chamada política migratória seletiva, sobre a *Campanha de Nacionalização*, sobre o *imigrante ideal*, mas também estudos sobre práticas de discriminação pouco conhecidas, como as sofridas por poloneses e seus descendentes ou por japoneses e seus descendentes. Finalmente, no terceiro grupo e quarto grupo, temos, por um lado, os estudos que continuam analisando a presença dos brasileiros no exterior, sua inserção na sociedade de destino, suas práticas transnacionais e o papel do retorno. Por outro lado, temos as recentes pesquisas, acima elencadas, sobre novos fluxos migratórios de latino-americanos e africanos (quando não de europeus) e os diversos estudos sobre suas trajetórias, políticas de acolhimento, redes etc., o que mostra a vitalidade de um campo que se consolidou plenamente. Com efeito, os diferentes discursos acadêmicos e políticos, juntamente com as informações da mídia e das estatísticas oficiais, atestam que, desde o ano 2010, a migração Sul-Sul vem se incrementando, se diversificando no país e ocupando uma presença importante na nossa sociedade.

As pesquisas atuais problematizam a questão migratória sob novas perspectivas teóricas e a partir de novos estudos empíricos. As migrações são analisadas em perspectivas cruzadas, questionando os limites do Estado-Nação enquanto variável analítica. Os grupos de imigrantes são vistos como plurais e distintos socialmente. Manifestações culturais e tradições não são mais variáveis necessariamente étnicas ou nacionais, nem mesmo nos países de origem, nem nas sociedades de destino. O migrante é agora pensado como ponte, relação, rede. Migrar não é mais processo definitivo e o modelo de integração republicana parece não responder aos anseios dos atuais migrantes. O Estado e as políticas migratórias se autorreferenciam. Objetos de estudo pouco abordados, como preconceito e racismo (inclusive de Estado), perseguições (campos de concentração, campanha de nacionalização etc.), políticas de seleção, controle e expulsão, são partilhados indiferentemente pelas ciências sociais, história, relações internacionais, geografia, demografia, direito, entre outros campos de saber.

Não surpreende, portanto, que a sociologia no Brasil, no marco do seu 18º Congresso de Sociologia de 2017, acolheu de forma inédita o Grupo de Trabalho “Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas” e a Mesa Redonda sobre o mesmo tema, abrindo um espaço decisivo sobre a temática. O Grupo de Trabalho que se organiza nesse ano de 2017 pretende abrir definitivamente o debate sobre a temática das

migrações, com um olhar sociológico, mas em diálogo com outras disciplinas, uma vez que o tema é essencialmente interdisciplinar e o fenômeno complexo e dinâmico

A conclusão desse artigo representa, assim, um ponto de partida para outras indagações. Mister faz-se atualizar as lentes e ferramentas de análise. Estudos comparativos ou realizados a partir de uma agenda de pesquisa que vá além das fronteiras nacionais, especialmente em consonância com os países vizinhos, podem ser um espaço onde a sociologia no Brasil tem muito a contribuir.

Referências

- ARMUS, Daniel. (1986), Diez anos de historiografía sobre la inmigración masiva a la Argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 2, v. 4, pp. 341-460.
- ASSIS, Gláucia de O. (2003), De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. *Campos- Revista de Antropologia Social*, n. 3, pp.31-50.
- ASSIS, Gláucia de O. *et al.* (2016), Haitianos em Santa Catarina: trabalho, inclusão social e acolhimento. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial. pp. 505-524
- AVILA, Fernando B. de (1956), *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- BAENINGER, Rosana. (2012), *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.
- BALHANA, Altiva P; BORUSZENKO, Oksana. (1963), “Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais”. *Revista do Museu Paulista*, v. XIV, pp. 321-331.
- BEIGUELMAN, Paula. (1981), *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense.
- BESERRA, Bernadete. (2005), “From Brazilians to Latinos? Racialization and Latinidad in the Making of Brazilian Carnival in Los Angeles.” *Latino Studies* 3, n. 1, pp. 53-75.
- BICALHO, José V. (1989), “Yes, Eu Sou Brazuca”. Governador Valadares, MG: Funsec.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luís C. (2014), *Sociologia no espelho*. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34.
- BÓGUS, Lúcia M. M. (1995), “Brasileiros em Portugal: Novos Movimentos Migratórios ou Volta às Origens?” *Travessia – Revista do Migrante*, pp. 16-19.

- BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (org.). (2015), *Migrações Internacionais de Retorno no Brasil*. Brasília: Relatório. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).
- BOURDIEU, Pierre. (1997), *Compreender a miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL Jr., Antônio. (2010), “O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani”. *Revista Lua Nova*, n. 81, pp. 175-213.
- CARDOSO, Fernando H. (1962), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1959), “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses”. *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1-2, pp. 101-122.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1963), “O agricultor e o profissional liberal entre os Japoneses no Brasil”. *Revista de Antropologia*, v. 11, n. 1-2, pp. 53-60.
- CARNEIRO, José F. (1950), *Imigração e colonização*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Publicações avulsas n. 2.
- CASSARINO, Jean-Pierre. (2004), *Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants Revisited*. IJMS: International Journal on Multicultural Societies -UNESCO, v. 6, n.2, pp. 253-279.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio; TONHATI, Tânia. (2015), A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, v. 1, n. 1.
- CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sônia. (2012), “Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños. Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional”. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v.2, pp.109-124.
- CECCHI, Camilo. (1957), “Estudo comparativo da assimilação e marginalidade do imigrante italiano”. *Sociologia*, v. XIX, n. 2, pp. 105-117.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. (2001), *La tradition sociologique de Chicago*. Paris: Seuil.
- CORTES, Geraldo de M. (1954), Migração e colonização no Brasil. *Revista do Serviço Público*, separata. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República – DASP.
- DEBIAGGI, S. D. Dantas; UENO, L.; LEIFERT, Maria Gabriela; SUGUIURA, M. H. (2010), *Identidade, migração e suas dimensões psicossociais*. REMHU (Brasília), v. 34, p. 45-60.
- DENZEM, Rogério. (2005), *Matizes do “Amarelo”. A gênese dos discursos sobre orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

- DEVOTO, Fernando. (1992). *Movimientos migratorios: historiografía y problemas*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- DEVOTO, Fernando. (2004), *Historia de la inmigración en la Argentina*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- DIEGUES Jr., Manuel. (1964), *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: INEP.
- DIEGUES Jr., Manuel; NEIVA, Arthur H. (1956), “The cultural assimilation of immigrants in Brazil”. In: BORRIE, Wilfred D. (ed.), *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proceedings of the UNESCO conference held in Havana*. Paris: UNESCO. pp. 181-233.
- DIETRICH, Ana M. (2007), *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do SP/FAPESP.
- DOYTCHEVA, Milena (2011), *Le Multiculturalisme*. Paris: Ed. La Découverte; Coll. Repères.
- DURAND, Jorge. (2006), *Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como Corolário del processo*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Ano XIV, n. 26-27, pp. 167-189.
- DURHAM, Eunice R. (1966), *Assimilação e mobilidade. A história do imigrante italiano num município paulista*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 3.
- FAIRCHILD, Henry P. (1913), *Immigration. A world movement and its american significance*. New York: The Macmillan Company.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. (1997), “Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas”. In: Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997, Campinas. Trabalho apresentado.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. (2011), *Caminos de ciudadanía: emigración, movilizaciones sociales y políticas del Estado brasileño*. Ecuador: FLACSO.
- FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. (2011), “Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório”. Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR, *Cadernos de Debates*, n. 6, pp. 73- 97.
- FERNANDES, Florestan. (1947), “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro”. *Revista do Arquivo Público Municipal*, v. 113, pp. 7-124.
- FERNANDES, Florestan. (1949), “Resenha de ‘A aculturação dos alemães no Brasil’ de Emilio Willems”. *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, v. CXXII, n. 02, pp. 205-218.
- FERNANDES, Florestan. (1966), “Imigração e relações raciais”. *Revista de Civilização Brasileira*, ano 1, n. 8, pp. 75-95.

- FERNANDES, Florestan. (1967), “O Brasil e o mundo árabe”. *Revista Etapas*, ano XII, n. 131, pp. 33-37.
- FERNANDES, Florestan. (1968), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan. (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FERNANDES, Florestan. (1977), “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes. pp. 50-76.
- FERNANDES, Florestan. (2010 [1956]), “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo”. *Revista Etapas*, ano I, n. 11. In: FERNANDES, Florestan. (2010), *Florestan Fernandes: leituras e legados*. São Paulo: Global. pp. 225-234.
- FREYRE, Gilberto. (1940), *O mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. (1943), *Continente e Ilha*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil.
- GALVÃO, Eduardo. (1953), “Estudo sobre aculturação de grupos indígenas”. *Trabalho apresentado na Associação Brasileira de Antropologia*. Disponível em www.periodicos.usp.br/ra/article/viewFile/110360/108927. Acesso em 14 abr. 2017.
- GEDIEL José; GODOY Gabriel. (Org.), (2016), *Refúgio e hospitalidade*. 1. ed. Curitiba: Kairós. pp. 231-248.
- GERTZ, René E. (1991), *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed da UFRGS.
- GOZA, Franklin. (1992), “A Imigração Brasileira na América do Norte”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 9, n.1, pp. 65-82.
- IANNI, Otávio. (1960), “Do polonês ao polaco”. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, v. XII, pp. 315- 338.
- IANNI, Otávio. (1961), “Estudo de comunidade e conhecimento científico”. *Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1-2, pp. 109-119.
- IANNI, Otávio. (1961a), “A situação social do polonês em Curitiba”. *Sociologia*, v. XXXIII, n. 4, pp. 375- 388.
- IANNI, Otávio. (1962), *As Metamorfoses do Escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- IANNI, Otávio. (1966), “Do polonês ao polaco”. In: IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. pp. 117-146.
- INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS. (1979), *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de

Teologia São Lourenço de Brindes; Caixas do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

ISHI, Ângelo. (2001), "Media, Art and Literature by/for Japanese Brazilians in the 'Dekasegi Age'". In: YAMADA, Mutsuo (ed.). *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón*. JCAS Symposium Series. Osaka: Japan Center for Área Studies. pp. 50-74.

IZUMI, Seiichi; SAITO, Hiroshi. (1953), "Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil". *Sociologia*, v. XV, n. 3, pp. 195-209.

JIMÉNEZ, Carmen E.; CALMAESTRA, José A. N.; BAUTISTA, Francisco Jiménez. (2002), *El Estudio del retorno. Aproximación bibliográfica*. Migraciones y Exilios, n. 3, pp. 141-168.

KAWAMURA, Lilli K. (2001), "A Questão Cultural e a Discriminação Social na Migração de Brasileiros ao Japão". In: *Migrações Internacionais: Contribuições Para Políticas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, pp. 395-408.

KLEIN, Herbert. S. (2000), "Migração internacional na história das Américas". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EdUSP. pp. 13-31.

KOFFES, Suely. (1996), "As pedras e o arco: os estudos de comunidade e a atualidade de antigas questões". In: CRESPO, Regina A; FALEIROS, Maria I. L. (org.). *Humanismo e compromisso. Ensaio sobre Octávio Ianni*. São Paulo: Editora da UNESP. pp. 41-50.

LESSER, Jeffrey. (2001), *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

LEVY, Maria S. F. (1974), "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *Revista de Saúde Pública*, n. 8, pp. 49-90.

MACAGNO, Lorenzo. (2014), *O Dilema Multicultural*. Curitiba: Editora UFPR; Rio de Janeiro: Graphia.

MAIO, Marcos C. (1999), "O projeto da UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, pp. 141-158.

MARGOLIS, M. (1994), *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press.

MARGOLIS, M. (1992), *From mistress to servant: Downward mobility among Brazilians in New York City*. *Urban Anthropology*, v. 19, n. 3, pp. 215-231.

MARTINS, José de S. (1973), *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira.

- MARTINS, Wilson. (1955), *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi.
- MENDES, José S. R. (2011), *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EdUSP/FAPESP.
- MICELI, Sérgio. (1999), “Intelectuais brasileiros”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed Sumaré. pp. 109-145.
- NUGENT, Walter. (1995), *Crossings: The Great Transatlantic Migrations, 1870–1914*. Bloomington: Indiana University Press.
- OLIVEIRA, Antônio T. (2015), “*Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil*”. *Cadernos OBMigra*, v. 1, n. 3, pp. 252-277.
- OLIVEIRA, M. de. (2012), A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local. *Cadernos do CERU*, v. 23, n. 2, pp. 175-202.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2005), “O “Brasil Diferente” de Wilson Martins”. *Cadernos CRH*, v. 18, n. 44, pp. 215-221.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2009), “De la Double colonisation au préjugé”. *Revue Migrations*, v. 21, n. 123-124, pp. 289-304.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2014), “O tema da Imigração da Teoria Sociológica Clássica”. *Dados*, v. 57, n. 1, pp. 73-100.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2015), “A inesperada descoberta de Octavio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, pp. 799-817.
- OLIVEIRA, Roberto C. de (1960), *O Processo de Assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Edição Museu Nacional.
- PACHECO, Renato J. C. (1964), “Assimilação de alemães no Espírito Santo-Brasil”. *Sociologia*, v. XXVI, n. 2, pp. 183-201.
- PACÍFICO, Andrea M. C. P. (2010), *O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas*. Maceió: EDUFAL.
- PARK, Robert. E. (1928), “Human Migration and the Marginal Man”. *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, pp. 881-893.
- PARSANOGLU, Dimitris. (2004), “Multiculturalisme(s)”. *Socio-anthropologie*, n. 15, Online. Disponível em: <http://socio-anthropologie.revues.org/416>. Acesso 22 maio. 2017.
- PERES, Elena P. (1997), “‘Proverbial Hospitalidade’? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)”. *Acervo*, v. 10, n. 2, pp. 85-98.

PETRONE, Maria T. S. (1978), *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense.

PISCITELLI, Adriana. (2009), “Actuando la “brasileñidad”. Tránsitos entre circuitos de turismo sexual y los mercados del sexo y matrimonial europeos”. In: Latin American Studies Association/LASA, 2009, Rio de Janeiro. Trabalho apresentado.

PÓVOA-NETO, Helion. (2006), “A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira”. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: IEA-USP, v. 20, n. 57, online.

PÓVOA-NETO, Helion. (2010), Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: FERREIRA, Ademir (org.). *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 491-520.

RAMOS, Alberto G. (1947), *Introdução à Antropologia do Brasil*, 3 vols. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.

RAMOS, Alberto G. (1948), “Imigração e preconceito”. *Revista do Conselho de Imigração e Colonização*, n. 3, pp. 131-132.

RAMOS, Jair de S. (2006), *O poder de domar dos fracos: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói: EdUFF.

REIS, Elisa; SALES, Teresa. (1999), *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial.

RIBEIRO, Mariana C. (2012), *Venha o decreto da expulsão. A legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas*. São Paulo: FAPESP/Humanitas.

RIOS, José A. (1958), “Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil”. *Sociologia*, v. 20, pp. 295-339.

RIVERA-SÁNCHEZ, Liliana. (2013), *Migración de retorno y experiencias de reinserción en la zona metropolitana de la Ciudad de México*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XXI, n. 41, p. 55-76.

SAFADY, Jamil. (1956), *O Líbano no Brasil*. São Paulo: Ed. Safady.

SAITO, Hiroshi. (1958), “Alguns aspectos da adaptação de imigrantes japoneses no Brasil”. *Sociologia*. Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 20, n. 4, pp. 451-462.

SAITO, Hiroshi. (1960), “Mobilidade de ocupação e de status de um grupo de imigrantes”. *Sociologia*. Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 22, n. 3, pp. 241-253.

SAITO, Hiroshi. (1961), *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Ed. Sociologia e Política.

SALES, Teresa. (1999), *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez Editora.

- SANTOS, Viviane T. dos. (2008), *Italianos sob a mira da polícia política. Vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- SASAKI, Elisa M. (1995), “Dekasseguis: Trabalhadores Nipo-Brasileiros no Japão.” *Travessia - Revista do Migrante*, Janeiro-abril, pp. 20-22.
- SASAKI, Elisa M. (1998), *O Jogo da Diferença: A Experiência Identitária no Movimento Dekassegui*. M. A. thesis, Department of Sociology, UNICAMP, Campinas.
- SAYAD, Abdelmaleck. (2000), *O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante*. *Travessia*, número especial, pp.02-25
- SAYAD, Abdelmaleck. (2001), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.
- SCHADEN, Egon. (1956), “Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil”. *Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1, pp. 41-46.
- SCHADEN, Egon. (1959), “Alguns problemas e aspectos do folclore teuto-brasileiro”. *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1-2, pp. 123-135.
- SEYFERTH, Giralda. (2004), “A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais”. *BIB*, n. 57, pp. 7-47.
- SEYFERTH, Giralda. (1997), A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 95-131.
- SILVA, Sidnei. (1997), *Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas.
- SIQUEIRA, Carlos. (2004), *Work Environment Justice Partnership (WEJP) for Brazilian Immigrant Workers in Massachusetts*. In: JOUËT-PASTRÉ, C.; LOVELESS, M; BRAGA, Leticia. *Giving Voice to a Nascent Community: Exploring Brazilian Immigration to the U.S. through Research and Practice*. Working Paper No. 04/05-2. Boston: David Rockefeller Center for Latin American Studies.
- SIQUEIRA, Osvaldo N. (2006), *Biotipologia do imigrante no discurso da Revista de Imigração e Colonização (1940-1955)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SIQUEIRA, Sueli. (2006), *Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno*. Tese de Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte: UFMG.
- SIQUEIRA, Sueli. (2009), *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno*. Brasil/EUA, vol. 1. 1. ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM.
- SIQUEIRA, Sueli; BRANDES, Lídia A. (2015), “*Migração e Retorno: implicações psicológicas da experiência migratória*”. In: DIAS, Luciana de; LUCENA, Andréa de. (org.). *Migrações internacionais e políticas públicas: goianos(as) no mundo*. 1. ed. Goiânia: Espaço Acadêmico. pp. 173-190.

SOLÉ, Carlota; CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia, (2011), *La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España*. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración.

SOUZA, Maria B. (2009), “La construcción del imaginario social de las mujeres inmigrantes: un análisis de las televisiones españolas”. In: XIV Seminario Académico Apec - Compartiendo conocimiento, 2009, Barcelona. Barcelona: Apec. pp. 329-338.

SPRANDEL, Marcia A. (2012), “Políticas migratórias no Brasil do século XXI”. In: Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Diretos Humanos, 2012, São Paulo. Trabalho apresentado.

TAKEUCHI, Márcia Y. (2008), *O perigo amarelo. Imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: FAPESP/Humanitas.

TRUZZI, Oswaldo M. S. (1997), *Patrícios. Sírio e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.

TRUZZI, Oswaldo M. S. (2012), Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *Dados*, v. 55, n. 2, pp. 517-553.

VENTURA, Deisy. (2014), Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros. UOL Notícias. 03 maio 2014. Online. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Acesso em 16 jul. 2017.

VIANA, Francisco J. O. (1934), *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VILELA, Elaine M.; LOPES, Livia B. F. (2011), *Balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil*. BIB, n. 72, pp. 55-88.

WILLEMS, Emílio. (1940), *Assimilação de populações marginais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WILLEMS, Emílio. (1944), “Acculturation and the Horse Complex among German-Brazilians”. *American Anthropologist*, New Series, v. 46, n. 2, pp. 153-161.

WILLEMS, Emílio. (1946), *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WILLEMS, Emílio. (1948), *Aspectos da aculturação dos japoneses no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora da USP.

WILLEMS, Emlio. (1947), *Cunha. Tradição e transformação em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura.

WOORTMAN, Klaas. (1972), “A Antropologia e os estudos de comunidade”. *Revista Universitas*, n. 11, pp.103-140.